

Teoria dos ciclos econômicos e desenvolvimento econômico no Brasil

Luiz Fernando Teodoro

Doutorando em Economia pela UNLaM, Argentina.
Mestre em Planejamento Regional e Urbano pela Univap.
Graduação em Economia pela Univap.
Docente da Fatec Itaquaquecetuba.
E-mail: lfteo@bol.com.br

Recebido: 11 fev. 2017

Aprovado: 25 mai. 2017

Resumo: Este artigo é uma contribuição à ampliação aos debates acerca da crise econômica brasileira pós 2010 na perspectiva da teoria dos ciclos econômicos – além da ideologia política. Com a revisão de literatura sobre desenvolvimento econômico associada a teoria dos ciclos econômicos apoiada em indicadores da economia do Brasil, a estratégia inicial corrobora no entendimento das crises ocorridas. Como resultado, pôde-se identificar e associar, através deste estudo, as lógicas das crises brasileiras com tal Teoria.

Palavras-chaves: Teoria dos Ciclos Econômicos. Crises Brasileiras. Desenvolvimento Econômico. Brasil. Desenvolvimento Regional.

Abstract: This article is a contribution to the broadening of the debates about the Brazilian economic crisis post 2010 from the perspective of economic cycles theory – besides political ideology. With the literature review on economic development associated with the theory of economic cycles supported by indicators of the Brazilian economy, the initial strategy corroborates the understanding of the crises that occurred. As a result, it was possible to identify and associate, through this study, the logics of Brazilian crises with such Theory.

Keywords: Theory of Economic Cycles. Brazilian Crises. Economic development. Brazil. Regional development.

Resumen: Este artículo es una contribución a la ampliación a los debates acerca de la crisis económica brasileña post 2010 en la perspectiva de la teoría de los ciclos económicos –además de la ideología política. Con la revisión de literatura sobre desarrollo económico asociada a la teoría de los ciclos económicos apoyada en indicadores de la economía de Brasil, la estrategia inicial colabora en la comprensión de las crisis ocurridas. Como resultado, se pudo identificar y asociar, a través de ese estudio, las lógicas de las crisis brasileñas con tal Teoría.

Palabras claves: Teoría de los Ciclos Económicos. Crisis Brasileñas. Desarrollo económico. Brasil. Desarrollo Regional.

1 Introdução

Ao longo da história brasileira, por diversos fatores, a economia do país apresenta períodos de elevada atividade econômica enquanto em outros, forte desaceleração. Em ambas situações, apesar dos avanços ocorridos em todos os setores e instituições do governo, evidencia-se certa fragilidade e, por sua vez, dependência da economia mundial.

Dessa forma, em busca do entendimento dos motivos que concorrem as oscilações na economia e o consequente cenário de incertezas no mercado, este estudo baseia-se na teoria dos ciclos econômicos por entender que – se conseguindo estabelecer ou prever a forma, as causas e periodicidade de tais processos cíclicos econômicos – pode-se ter um maior controle na dinâmica das teorias capitalistas e no alcance do desenvolvimento econômico.

Isso posto, procurou-se nesse trabalho inicialmente abordar conceitos e percepções sobre desenvolvimento econômico e local e, em seguida, sobre ciclos econômicos. E apontar, de forma sintética, os principais processos cíclicos econômicos ocorridos no Brasil de a sua independência, com maior enfoque, principalmente, após 1970 por meio de dados estatísticos no intuito de confirmar a teoria do ciclo econômico no caso brasileiro, mesmo que de modo superficial.

2 Desenvolvimento econômico

Apesar da dificuldade em estabelecer entendimento único em relação ao conceito de desenvolvimento econômico, é plausível caracterizá-lo pelos seus aspectos qualitativos com base no pensamento de Rostow (1974). Como frutos de resultados positivos do crescimento econômico e seus desdobramentos junto à sociedade, tais aspectos podem estar relacionados aos seguintes pontos: na melhora da distribuição da renda; nos índices de redução da pobreza; acréscimos nos salários; maior produtividade do trabalho e a repartição dos benefícios gerados; melhoria das condições de trabalho e habitacionais; no melhor acesso à saúde e educação; além de mais tempo para o lazer; e, por fim, a melhora na qualidade de vida.

De acordo com Rostow (1974), as sociedades até atingirem o desenvolvimento passam pelo que classifica como as etapas de desenvolvimento:

1. *Sociedade tradicional*: caracteriza-se como uma sociedade com limitada eficiência produtiva, decorrente de pouca especialização e tecnologia. Deste modo, concentra suas atividades no setor primário da economia;
2. *Pré-requisitos para o arranco*: é a segunda etapa e nela é fundamental a perfeita formação de um Estado nacional centralizado em detrimento dos interesses regionais, levando em consideração investimentos do setor público que se desdobrarão em investimentos da iniciativa privada;
3. *Arranco ou decolagem (take off)*: ocorre devido a um crescimento contínuo e institucionalizado na sociedade com ampla injeção de investimentos e tecnologia que propiciará o surgimento de novos segmentos industriais de bens de consumo duráveis e de uma estrutura política social e institucional favorável ao crescimento sustentável (em torno de 20 anos);
4. *Crescimento auto-sustentável (amadurecimento)*: nesta etapa pode ser identificado um crescimento da produção em velocidade superior ao crescimento demográfico e a economia apresenta capacidade tecnológica e empresarial para produzir qualquer mercadoria (em torno de 40 anos);
5. *Idade do consumo em massa*: conclusos os estágios anteriores, a sociedade começa a desfrutar dos recursos gerados pelo avanço do desenvolvimento, dentre eles a melhora da distribuição da renda, fase em que a renda *per capita* garante a maioria dos consumidores melhora da qualidade de vida e a população é predominantemente urbana, posterior esta situação os anseios passam a ser de cunho social.

Com isso, as sociedades que não conseguem ultrapassar tais etapas podem encontrar dificuldades capazes de retardar ou prejudicar seu desenvolvimento econômico, como aponta Martins Passos (2008):

- A dificuldade de interagir toda a população na economia nacional, seja no acesso ao consumo até o seu deslocamento para áreas especializadas na mesma ou em outras regiões;
- O isolamento social, cultural ou econômico, representado por barreiras linguísticas e religiosas entre diferentes setores da população e por subsistemas econômicos alienados do conjunto da economia nacional;
- A dificuldade do encaminhamento do excedente potencial da economia para os demais setores produtivos cujo crescimento depende de todo o processo; e
- A má aplicação de recursos e até mesmo o estabelecimento de cotas (sob a forma de exportação de capitais, consumo supérfluo, excesso de gastos militares, especulação financeira e entre outros), recursos estes que poderiam ser investidos de forma mais eficiente.

Pelo exposto, é possível concluir que há possibilidade tanto aos países quanto aos municípios vislumbrar um maior alcance do desenvolvimento econômico quando voltada as atenções na geração e/ou fortalecimento dos recursos locais, como na citação a seguir:

A idéia do desenvolvimento econômico se liga a processos dinâmicos de ruptura das condições econômicas vigentes. Como esses processos pressupõem alguma forma de acumulação de capital que a financie, o fenômeno do desenvolvimento está relacionado com as economias capitalistas (MAIA, 2006, s/p.).

O desenvolvimento econômico é, portanto, qualitativo, quando caracterizado pelos avanços de um conjunto de variáveis apresentando crescimentos proporcionais e na mesma velocidade dos demais indicadores econômicos e, ainda mais, ao passo que a sociedade se aproprie de tais avanços.

2.1 Desenvolvimento local

Assim como é notória a preocupação dos países em relação ao desenvolvimento não somente da economia, pois localmente as cidades também vêm demonstrando grande preocupação com o tema. Cada vez mais, a sociedade busca mecanismos e concentra esforços no sentido de melhorar sua capacidade de arrecadação de impostos, de atração de investimentos públicos e privados, de atender à legislação e, além disso, de promover o bem-estar social.

Essa preocupação passa a ser maior principalmente em 1990, com o relatório mundial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ao colocar que o índice de desenvolvimento humano (IDH) tende a relativizar o Produto Nacional Bruto (PNB), por habitante, enquanto medida universal do desenvolvimento. O que tem forte significado simbólico (MILANI, 2005).

Consequente ao aprofundamento das relações comerciais, induzidas pelo aumento da competição entre empresas e, internamente, pela própria competição entre cidades, no sentido de atrair investimentos privados, os governantes voltam a atenção ao planejamento para o desenvolvimento local, conforme afirmam Buarque e Bezerra (1994, p. 9):

Apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa, com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas. Dentro das condições contemporâneas de globalização e intenso processo de transformação, o desenvolvimento local representa também alguma forma de integração econômica com o contexto regional e nacional, que gera e redefine oportunidades e ameaças.

O desenvolvimento local, segundo Castells e Broja (1996), traduz-se na vontade conjunta da sociedade, que produz sustentação e viabilidade política para iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade. Desse modo, é necessário o estabelecimento de prioridades e orientações para o desenvolvimento de todos os setores.

As cidades ou países, de forma isolada, por terem uma escala territorial reduzida, delimitada pelo seu corte político-administrativo, têm maiores chances de conseguir internamente mobilização suficiente para promover o desenvolvimento quando alinhadas nesse sentido. Como descreve Haveri *apud* Buarque (2001, p. 18): “as comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões”.

Com a percepção dessa capacidade local mobilizadora, o grande desafio localmente é identificar os recursos existentes:

Alguns recursos são fáceis de identificar e avaliar, tais como os financeiros e os que têm uma expressão física. Outros são menos visíveis e difíceis de estimar, como é o caso do capital humano (isto é, as capacidades individuais, o conhecimento, postura e capacidade de iniciativa e decisão existentes) ou da reputação (GRANT, 1991; FREITAS SANTOS, 1997, p. 114-135).

Por isso, pode-se afirmar que os recursos são a fonte da competência dos territórios, enquanto as competências constituem a origem da vantagem competitiva desses mesmos espaços (GRANT, 1991). Já em relação ao desenvolvimento local, é compreendido como processo endógeno que ocorre pela reprodução, numa escala menor, de um projeto mais amplo dentro do território nacional. E, quando o município dispõe de capacidade econômica e especialização, esse processo endógeno passa a ser o indutor da melhora da qualidade de vida da sociedade.

Nesse cenário de extrema competição, o governo local precisa buscar a composição com países vizinhos e, até mesmo, com aqueles com características similares para atrair investimentos que promovam a contínua especialização das

atividades econômicas local. Se necessário for, incentivar a reestruturação socioeconômica, contando com a mobilização e as iniciativas dos atores locais em torno de um projeto de bem comum.

Por depender da urgência e dos reflexos, positivo ou negativo, gerados pelas externalidades, isso pode até fazer com que o desenvolvimento alcançado não seja suficiente para atingir toda a estrutura socioeconômica e cultural, impactando diretamente nas oportunidades, no dinamismo econômico e até na qualidade de vida. Nesse sentido, quer motivadas pela urgência de transformação interna, quer pela criação de condições de sustentabilidade, os países têm de estimular o desenvolvimento local, de forma consistente e duradoura, ao contemplar maior número de habitantes e atender às futuras gerações.

Na visão de Kornhauser (2001), a educação é o cimento da construção do desenvolvimento humano sustentável. É preciso, portanto, elaborar estratégias e programas de educação relacionados com o ambiente, com abrangência tanto no ensino escolar como na educação informal, que adotem a perspectiva da educação permanente a ser desenvolvida pelos poderes públicos, pelo setor produtivo, pelo comércio e pelas comunidades locais.

Os investimentos público, privado – e até a parceria entre público e privado –, em educação, tornam-se uma valiosa ferramenta de formação e especialização nesse desenvolvimento local. O que garante a continuidade formadora de indivíduos que possam participar, de maneira ativa, das iniciativas capazes de adequar ou transformar o cenário socioeconômico, gerando dinâmicas construtivas.

3 Ciclos Econômicos

Para iniciar essa trajetória, no intuito de estudar ciclos econômicos, faz-se necessário primeiro conceituar tal entendimento. Nesse intento, pode ser observado que a ideia de ciclos é herdada da física caracterizado por leis bem definidas e, mais adiante, Hawtrey (1950, p. 330) expõe que a caracterização de ciclos econômicos está associada a periodicidade em que tais eventos ocorrem. Em seus estudos no período de pré-guerra, observou a existência de alternância entre fases “fracas” e “fortes”, ao considerar que essas fases se alternavam entre sete e onze anos. No intuito de buscar uma regularidade econômica em função dessa alternância, pode-se verificar que cedo ou tarde numa

economia deixada a sua própria ordem, *laissez-faire*, bons tempos se seguiriam a um mau período e vice-versa.

Os estudos sobre a teoria dos ciclos econômicos têm seu início na segunda metade do século XIX, mas as abordagens, até então, não eram unificadas sobre as causas e modos do comportamento cíclico. Destacam-se os autores como Keynes (1961) e Schumpeter (1978) por tratarem do assunto e contribuir para o estabelecimento da teoria do ciclo econômico que tinha por objetivo identificar o princípio da ciclicidade. Ou seja, os teóricos lidavam com a causalidade na tentativa de estabelecer as hierarquias causais que relacionavam tal processos cíclicos enquanto que, os empiristas tentavam descrever esses processos cíclicos do mundo real.

Mais adiante, é entendido a existência de duas abordagens sobre a natureza dos ciclos econômicos, cuja primeira observa que ciclos são oscilações intermináveis, intrínsecas a atividade capitalista. Nesse caso, passa-se a conceituar como processos cíclicos. Dessa forma, um movimento ascendente necessário, regularmente, leva ao seu oposto. Conforme observa Mitchell (1950, p. 44): “espera-se que uma crise seja seguida de uma depressão, a depressão por uma recuperação, a recuperação por prosperidade e, a prosperidade por uma nova crise”.

Ao passo que, a segunda abordagem propõe que a adaptação de uma economia capitalista a uma ocorrência de mudança exógena tem a forma de ondas, chamado de modelo de propagação. Assim, cada ciclo é configurado como indivíduo histórico, tendo início num estado de repouso ou de normalidade econômica que sofre um choque exógeno causando na sua absorção avanços e defasagens, os quais delineiam a forma ondular de tal processo.

Isso posto, os modelos de propagação podem apenas explicar a regularidade dos estágios de um dado ciclo, mas não permitem afirmar a periodicidade de um processo cíclico. E, na existência de sucessões de ciclos econômicos, carece um país ou localidade estabelecer mecanismos adicionais no sentido de explicar as fontes de tais choques e os motivos pelos quais se repetem de forma regular. Portanto, seja pela ausência de tais mecanismos seja pela possível existência de intervalo entre os ciclos e, bem como – associado a indefinição entre os espaços de tempos de um para outro ciclo, ser longo – subentende-se que modelos de propagação seriam incompletos por não explicar a periodicidade dos ciclos.

De acordo com a teoria sobre ciclos econômicos de Schumpeter (1997), destaca como perturbações exógenas, no caso – as inovações – onde dado uma inovação, a mesma pode impactar, até mesmo, estados em equilíbrio geral.

[...] à medida que as inovações tecnológicas ou as modificações introduzidas nos produtos são absorvidas pelo mercado, a taxa de crescimento da economia tende a diminuir desencadeando um processo recessivo por meio da redução dos investimentos e a baixa da oferta de emprego (SCHUMPETER *apud* COSTA, 1982, s/ p.)

Outros estudiosos como Frisch (1933) e Slutsky (1937), na mesma linha de Schumpeter (1978), tratam a política econômica como fator de perturbação exógena enquanto que, autores como Fischer (1984) e Friedman e Shuwartz (1963) aplicaram sobre choques monetários como perturbação.

3.1 Ciclos econômicos no Brasil

Não diferente de outras economias no mundo, o Brasil desde sua descoberta e passando pelo processo de colonização de exploração mesmo de maneira indireta, pela sua posição de colônia, era impactado pelos choques econômicos do período. E, principalmente pós-independência até os tempos atuais sua economia, apresenta processos cíclicos ora motivadas oscilações de caráter intermináveis, ora por perturbações exógenas à economia local. Dessa maneira, pode-se enumerar a cronológica de ciclos econômicos vivenciados pelo país da seguinte forma:

Ciclos econômicos no Brasil – entre os séculos XVI e XXI

Economia colonial (sec. XVI – XIX)	<ul style="list-style-type: none">- Produção açucareira;- Ciclo do ouro; e,- Retorna à atividade agrícola.
Pré-industrialização (sec. XX)	<ul style="list-style-type: none">- Expansão cafeeira- Formação da Indústria- Investimentos externos
Industrialização (1930 – 1970)	<ul style="list-style-type: none">- A grande depressão- Proteção cafeeira- Substituição de Importações- Processo ditatorial

	<ul style="list-style-type: none"> - Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) I - Crise industrial endógena - Crise política e de política econômica
Período do Milagre Econômico (dec. 1970)	<ul style="list-style-type: none"> - Expansão da atividade econômica mundial e nacional - Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) II - Expansão do consumo de petróleo no mundo
Década “morta” (1980)	<ul style="list-style-type: none"> - Desaceleração da atividade econômica mundial - Choques externos e desestruturação interna - Ampliação da dívida externa e fiscal - Hiperinflação - Crise de ordem política - Planos de estabilização heterodoxos
Abertura Comercial (1990)	<ul style="list-style-type: none"> - Abertura comercial - Criação do Plano de Estabilização econômica (Plano Real) - Fortalecimento do monetarismo - Políticas de austeridade - Criação de nova moeda
Expansão da atividade econômica (Dec. 2000)	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento da atividade econômica interna - Consolidação da indústria nacional - Equilíbrio das contas nacionais - Inserção de novos consumidores internos - Equilíbrios na balança de pagamentos e comercial - Ampliação da participação no mercado externo

De acordo com os Gráficos 1 e 2, a seguir, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, em relação ao resto do mundo e o PIB corrente entre os anos de 1970 e 2015, alinha-se à estratégia adotada no presente estudo. Se considerado apenas o período dos últimos vinte anos, 1995-2013, em que o país alcança o melhor momento econômico motivado por um conjunto de políticas econômicas – crescimento da atividade econômica, expansão da capacidade industrial interna, fortalecimento das instâncias públicas e políticas do país, estabilização da moeda e ajustes macroeconômicos – pode-se observar a constante elevação da taxa de crescimento real do PIB nominal no período em questão:

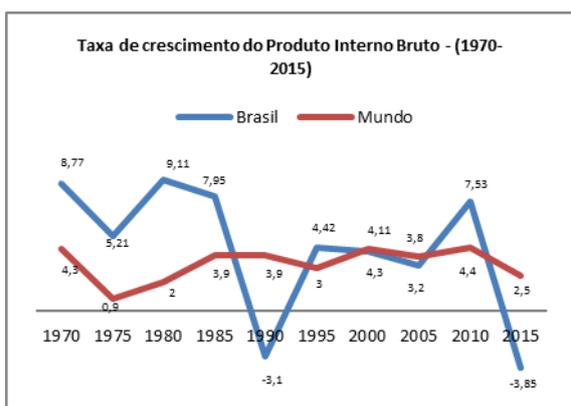


Gráfico 1. Taxa de crescimento do PIB - (1970-2015)
Fonte: BC; FMI; Datawordbank.org, 2016.

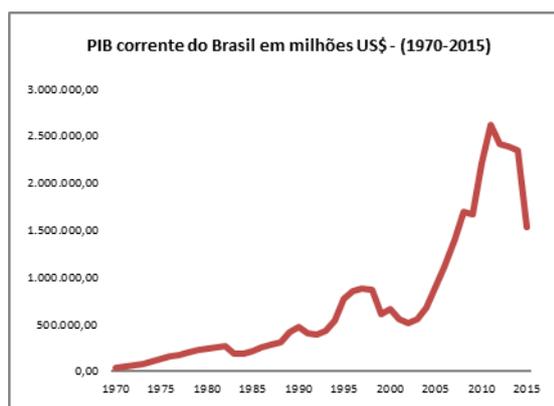


Gráfico 2. PIB corrente do Brasil em milhões US\$ - (1970-2015)
Fonte: Data.wordbank.org, 2016.

De acordo com o Gráfico 1, entre 1970 e 1980 (período compreendido como milagre econômico), a taxa de crescimento do PIB desacelera até 1975. Após tal ano, volta a crescer até o de 1980 – sobretudo pela expansão das exportações –, caracterizado como o melhor nessa série histórica. Vale destacar: apesar do recuo no indicador brasileiro, quando comparado com o resto do mundo ainda está acima. Por outro lado, a desaceleração da taxa de crescimento do PIB acompanha a mundial, ou seja, fica evidente a existência da dependência mundial.

Entre 1980 e 1990, ainda no Gráfico 1, tida como a década “morta”, a velocidade da queda do PIB brasileiro passa a ser constante e crescente enquanto que a média mundial apresenta elevação nos anos iniciais e se mantém estável até o final da década. Em suma, constata-se o PIB do país em condição inversa à mundial nos anos 80. Já nos próximos quinze anos (1990-2005), ainda no Gráfico 1, tal indicador retoma o crescimento até 2005. Após este ano, há uma leve diminuição do ritmo de crescimento, mas superior à média mundial até o ano 2000, seguindo essa desaceleração até o final do período. Vale destacar que, tal retomada está associada à abertura comercial e à expansão da atividade econômica.

No período de 2005-2010, cinco anos, a economia do Brasil volta a crescer o PIB, no qual o ano de 2010 tal elevação alcançou percentual próximo do experimentado pelo país em 1970 (8,77%) e em 1985 (7,95%) – vide Gráfico 1 –, maior que a média mundial para o mesmo período. Entre 2010 e 2015, volta a desaceleração constante do indicador tendo; o ano de 2015 tem forte retração superior ao ano de 1990 (-3,1%). Isso confirma o caráter cíclico da economia brasileira se comparado com a taxa de crescimento do PIB mundial.

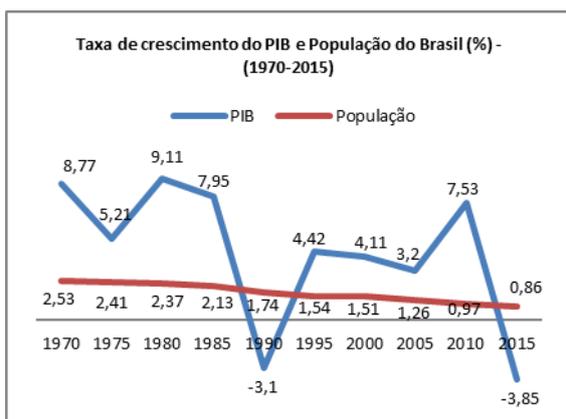


Gráfico 3. Taxa de crescimento do PIB e População do Brasil (%) – (1970-2015)
Fonte: Banco Central, Datawoedbank.org, 2016.

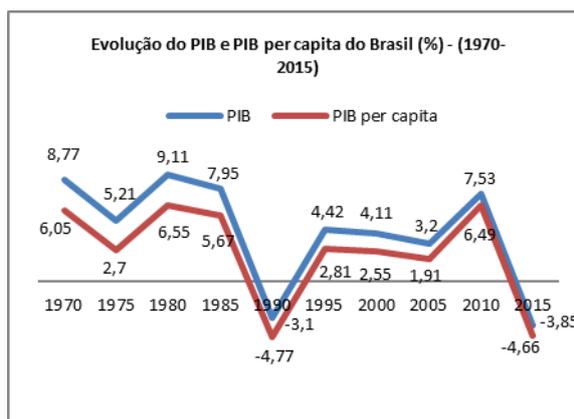


Gráfico 4. Desempenho do PIB e PIB *per capita* do Brasil (%) – (1970-2015)
Fonte: Banco Mundial, Banco Central, 2016.

De acordo com os dados do Gráfico 4, anterior, pode-se observar na série apresentada, 1975-2015, que o ritmo do crescimento da população brasileira diminuiu com o passar dos anos e, ao correlacioná-lo com o desempenho PIB do país, constitui aspecto positivo, pois a renda cresce em velocidade superior ao populacional. Destacam-se os períodos entre 1987 e 1993, aproximadamente seis anos, e o período de 2013 a 2015, por apontarem o crescimento populacional superior do PIB, ao configurar nesses intervalos o empobrecimento da sociedade.

Diante disso, ao retratar a relação entre a taxa de crescimento do PIB e PIB *per capita* – vide Gráfico 4 – constata-se que, apesar da melhora da condição de renda acompanhar o crescimento do produto nacional, isso ocorre em menor proporção. Vale destacar que, dado a desaceleração e/ou a retração do PIB, o PIB *per capita* reduz em velocidade superior. Isso permite julgar que, dado a diminuição da atividade econômica, a renda de parte da população diminuiu de forma mais ampla do que a economia nacional.

Ao passo que, se ampliar a análise para o período entre 1970 e 2012 ainda em relação ao PIB, confirma-se o caráter cíclico da economia do Brasil, conforme contextualizado no quadro anterior. E, também, ao observar a balança comercial do país, exclusivamente entre 1990-2012, pode-se considerar a proximidade nos volumes de exportações e importações, aocaracterizar relativo equilíbrio ao longo do período, mas apresentando, sobretudo, o *superávit* nos últimos dez anos (2002–2012). Veja a seguir:

Desempenho das exportações e importações, 1990-2012

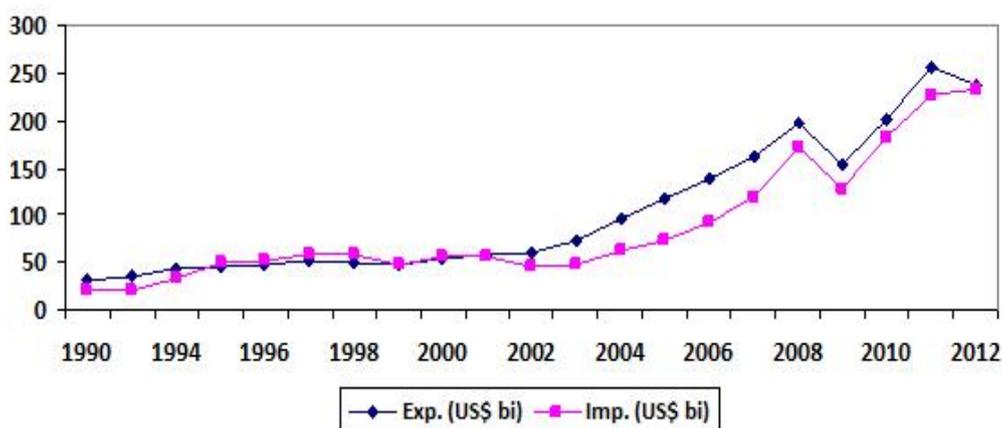


Gráfico 5. Desempenho das exportações e importações, 1990-2012.
Fonte: Revista Principios, 2015.

Diante do exposto, alinhado ao entendimento de Schumpeter (1997), o caráter cíclico – caracterizado pela descontinuidade no aumento de produção entre períodos – dentro do contexto do processo de desenvolvimento econômico, constitui obstáculo periódico e transitório na expansão das rendas nacional *per capita* e, conseguinte, do consumo. Quando observado a dívida externa pública da federação, estados, municípios e empresas públicas que pode, também, no alcance de evidências acerca do caráter cíclico de uma economia, foi levantado os dados a seguir:

Dívida Externa do Setor Público no Brasil, 1981–2013

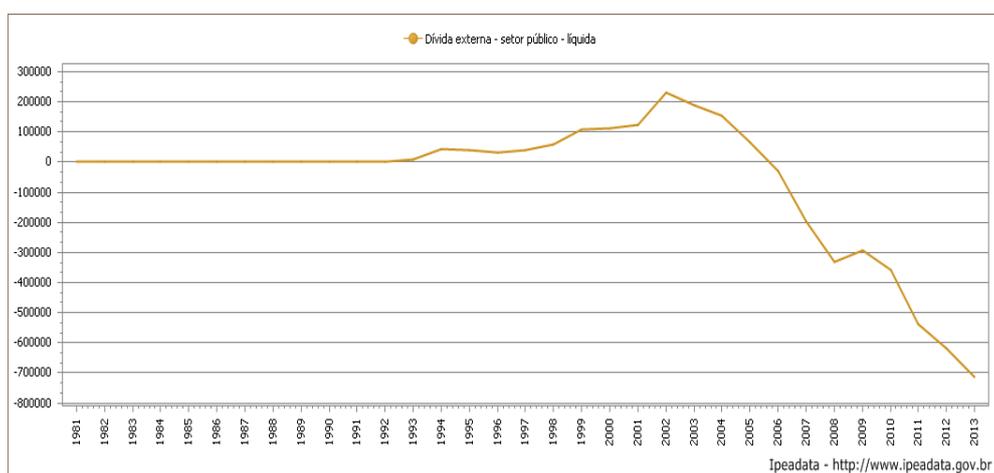


Gráfico 6: Dívida Externa do Setor Público no Brasil, 1981-2013.
Fonte: Ipeadata, 2015.

De acordo com o gráfico anterior, pôde-se identificar que principalmente após 2003, em que a dívida atingiu o maior patamar, o Brasil passa a experimentar constante série de redução da Dívida Externa até 2013. Isso revela o melhor o momento quanto ao nível de endividamento público.

Considerações Finais

Ao elaborar o presente estudo, foi possível aprofundar a importância das análises dos ciclos econômicos no sentido de ampliar a argumentação quanto as explicações e suposições quanto perspectiva econômica, mesmo tendo apurado um intervalo de tempo relativamente curto para esse tipo de análise, 1970-2015; aproximadamente quarenta e cinco anos com base em indicadores como: o Produto Interno Bruto (PIB), o crescimento populacional, além da relação entre as exportações e importações e dívida pública.

Na expectativa de acelerar e ampliar os desdobramentos vantajosos promovidos pelo processo de desenvolvimento econômicos em países como o Brasil de extensão territorial continental, com potencialidades climáticas e de recursos naturais e, bem como um amplo mercado consumidor, o país tem capacidades (endógenas e exógenas) na promoção de tal nível de desenvolvimento. Na perspectiva regional, associada aos países circunvizinhos, ocorre a dinamização de sua capacidade econômica.

De acordo com os dados apurados, no intuito de melhor descrever os ciclos econômicos no Brasil, pode-se observar que com relação ao PIB que entre 1971-1982 (onze anos) dentre os ciclos vividos pelo país de considerável expansão apoiado ao que era chamado de milagre econômico. E, ao comparar com os anos de 1983-1989 (sete anos), houve uma desaceleração acentuada do crescimento do PIB. Por último, nos anos que compreende o período de 1992 e 1998 (seis anos), volta o PIB brasileiro a obter níveis crescentes no período.

Portanto, confirma-se a teoria do estudioso Hawtrey (1950), ao expor que os ciclos econômicos perduram entre sete e onze anos. Ao correlacionar exportações e importações com a dívida externa pública, nesse caso entre os anos de 2002-2012 (dez anos), o país apresentou constantes *superávits* na balança comercial. Isso corrobora na pontualidade e no maior desembolso com pagamentos da dívida externa e diminuição da dívida líquida do país.

Referencias

- BUARQUE, Sérgio C.; BEZERRA, Lucila. **Projeto de desenvolvimento municipal sustentável**: bases referenciais. Projeto Áridas (mimeo.), dezembro de 1994.
- BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento sustentável**. 2001. Disponível em: <<http://www.visionvox.com.br/biblioteca/br>>. Acesso em: 20.03.2015.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Keynes, a instabilidade do capitalismo e a teoria dos ciclos econômicos. **Pesquisa, planejamento econômico**. Rio de Janeiro, 18, (3), p. 741-765, dez. 1988.
- CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos estudos CEBRAP**, n.45, jul. p. 152-166, 1996.
- COSTA, Rubens Vaz. **A teoria do desenvolvimento econômico – Joseph Schumpeter**. [Mimeo, tradução], São Paulo, 1982. Disponível em: <<http://www.seccri.com.br/arquivos/1280972354.pdf>>. Acessado em: 10.03.2015.
- FRIEDMAN, M., SHUWARTZ, A. Money and business cycles. **Review of economics and statistics**, 45 (supplement), 1963.
- FRISCH, R. Propagation problems and impulse problems in dynamic economics. In: **Economic essays in honour of Gustav Cassel**. London: G. Allen and Unein, 1933. Disponível em: <<http://www.sv.uio.no/econ/om/tall-og-fakta/nobelprisvinnere/ragnar-frisch/published-scientific-work/PPIP%5B1%5D.pdf>>. Acesso em: 03.04.2015.
- FREITAS SANTOS, J. **Localização da empresa estrangeira em Portugal. (1990/1994)**: uma abordagem relacional [*location of foreign firms in Portugal (1990/1994): a network approach*], unpublished Phd thesis, University of Minho, Braga, 1997.
- GRANT, R. M. The resource-based theory of competitive advantage: implications for strategy formulation. **California Management Review**, V. 33, n. 3, p. 114-135, 1991.
- HAVERI, Arto. **Strategy of comparative advantage in local communities**. Disponível em: www.uta.fi (mimeo.). 1996 (publicado originalmente em Oulasvirta, Lasse (ed.), *Finnish Local Government in Transition*, Finnish Local Governmen Studies, vol. 22, no 4.
- HAWTREY, R. The trade cycle. In: HALBERLER, G. Ed. **Reading in business cycle theory**. Londo, G. Allen and Unwin, 1950.
- KEYNES, J. M. **The general theory de employment, interest and Money**. New York, Hancourt, Brace, Jovanovich, 1961.
- KORNHAUSER, A. **Criar oportunidades**: educação, um tesouro a descobrir. 6.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF; MEC; UNESCO, 2001.
- MAIA, José Benedito de Zarzuela. Desenvolvimento econômico. **Dicionário de direitos humanos**, 2006. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario>>. Acesso em: 12.03.2015

MARTINS PASSOS, Carlos R. Nogami, Otto. **Princípios de economia**. 5. ed. Rev. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

ROSTOW, W.W. **Etapas de desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**, ano 1974, Título original: *the stages of economic growth* Disponível em: <<http://www.ronaldldomingues.com>>. Acesso em: 09.03.2015.

MILANI, Carlos. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.

MITCHELL, W. Business cycles. In: HABERLER, G, ed. **Readings in business cycle theory**. London, G. Allen and Unwin, 1950.

SCHUMPETER, Joseph. **The theory of economic development Oxford**. Oxford University Press, 1978.

_____. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Coleção Os Economistas. São Paulo, Nova Cultural Ltda, 1997.

SLUTZKY, E. The summation of random causes as the source of cyclical processes. **Econometrica**. Vol. 5, n. 2, p. 105-146, abr. 1937. Disponível em:< [https://carlohamalainen.net/stuff/Slutzky%20-%20The%20Summation%20of%20Random%20Causes%20as%20the%20Source%20of%20Cyclic%20Processes%20\(1937\).pdf](https://carlohamalainen.net/stuff/Slutzky%20-%20The%20Summation%20of%20Random%20Causes%20as%20the%20Source%20of%20Cyclic%20Processes%20(1937).pdf)>. Acesso em: 30.05.2015.